

## Mulheres Amazônicas – Democracia, Resistências, Construção de Saberes

Os estudos de gênero trouxeram avanços científicos hoje considerados indispensáveis nas ciências humanas. De fato, o enfoque das relações sociais de gênero e de suas desigualdades levou as/os pesquisadoras/es a problematizarem a noção de sujeito universal inerente à maioria das análises até então. Com efeito, reviu-se a concepção de indivíduo que esteve na base da formação das modernas democracias fundadas nos direitos dos cidadãos. Compreendeu-se que a participação individual na arena política e no exercício dos direitos civis, como o direito de votar e ser votado, constituiu-se sem atenção às desigualdades que pesavam especialmente sobre as mulheres e que restringiam seu acesso à cidadania. Constatou-se que a cultura patriarcal não deixou de plasmar a cidadania moderna, ao deixar de fora categorias sociais desprovidas de meios para atuar plenamente nas esferas públicas, dentre as quais, as mulheres. Assim, originalmente o conceito de cidadão aplicou-se ao homem, branco, de classe média ou alta, e desembaraçado das tarefas do cuidado cotidiano com crianças, com pessoas dependentes, com as lides domésticas, todas estas tarefas sem valor nos mercados, embora indispensáveis à vida. Permaneceu intocada a tradicional divisão sexual do trabalho nas sociedades e suas respectivas fronteiras e hierarquias.

A análise social com enfoque de gênero explicitou o caráter hierárquico e assimétrico subjacente à construção de feminilidades e masculinidades e quebrou ou retificou a noção de identidades uniformes. Nesse sentido, as marcas sociais foram sendo privilegiadas nas pesquisas a fim de dar conta da multiplicidade de práticas e representações de mulheres e homens, pautadas em diferenças de etnia, raça, status, geração, sexualidade e orientação religiosa. Vale sempre lembrar que esse campo de pesquisa reflete, no plano teórico, as críticas elaboradas pelos movimentos feministas, em suas diferentes ondas. Ao mesmo tempo, os estudos contribuem para iluminar caminhos no enfrentamento prático das múltiplas opressões nas relações de gênero.

No contexto atual de crise econômica e sanitária global, em uma pandemia que desconhece fronteiras, o tema do cuidado com a vida, a saúde coletiva, a sustentabilidade ambiental, a vulnerabilidade e a pobreza emergem ao primeiro plano das preocupações. Igualmente, ressalta-se o papel incontornável das políticas públicas de proteção social para a gestão desta e de futuras pandemias, bem como de eventos climáticos de grande escala. Evidentemente, isso se dá a contragosto dos setores econômicos e políticos que prosseguem na defesa dos mecanismos de mercado para gerenciar as crises, aferrando-se à ideia do Estado mínimo como caminho necessário. As pesquisas de gênero e feministas, cujos quadros de referência contestam a centralidade do econômico na vida social, têm portanto um lugar privilegiado no entendimento dos dilemas do presente.

A partir dessa linha de abordagem do social, há interesse em questões como estas: A) Como políticas de austeridade, que cortam e congelam gastos sociais, afetam homens e mulheres, em suas condições sociais e culturais particulares? B) Que categorias de mulheres e pessoas LGBTQI+ são mais vulneráveis a fatores como desemprego, ausência de proteção social e discriminações de toda ordem? C) Como desenvolver a dimensão de gênero implícita nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, definidos pela ONU?

Por outro lado, vale lembrar que o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável compreendem a associação entre crescimento econômico e promoção das liberdades substantivas dos

seres humanos. Quando o mundo tem cada vez mais claro que a Amazônia é rica em conhecimentos sobre os recursos da sua natureza, a pesquisa sobre os portadores desses conhecimentos, sob a ótica de gênero, promove os caminhos da sustentabilidade.

A sociedade brasileira tem avançado na construção de sua jovem democracia, mas muitas fragilidades ainda resistem. Dentre as causas dessa situação, destacam-se as desigualdades baseadas no gênero, que se manifestam em muitos indicadores sociais de desenvolvimento. Diferentes países, organizações governamentais e da sociedade civil, instituições multilaterais e corporações têm interesse em aprimorar suas ações de superação desses problemas. É inegável que o progresso teórico e metodológico da pesquisa embasada pelo olhar da teoria crítica de gênero e pelos feminismos tem ajudado a melhorar os instrumentos analíticos. Um exemplo notável é dado pelos censos demográficos de diferentes países, hoje mais sensíveis para apreender como as mulheres e os homens vivem, trabalham e participam da vida social e política, em suas diferenças e desigualdades. Não obstante todos os avanços, processos de inferiorização das mulheres seguem firmes, com especificidades regionais, sociais e culturais que merecem atenção e justificam a realização de pesquisas.

Desde o seu primeiro número, a **Revista Gênero na Amazônia** publica artigos de autoras e autores da região e de fora, fomentando a visibilidade e o intercâmbio. A presente edição corresponde às edições 16 (2º semestre de 2019), 17 e 18 (1º e 2º semestre de 2020). A união de três edições deve-se às restrições advindas com a pandemia para a realização das tarefas necessárias às publicações. Aqui estão reunidos artigos que foram selecionados dentre os trabalhos apresentados no *V Encontro Amazônico sobre Mulheres e Relações de Gêneros*, promovido pelo GEPEM/UFPA. O encontro ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2019, no campus da UFPA, em Belém, tendo sido uma das atividades que marcaram a comemoração dos 25 anos do GEPEM.

Nos artigos ora publicados, tem-se uma amostra da produção acadêmica na Amazônia sobre a temática das relações de gênero e suas várias implicações na dinâmica das sociedades. Em diferentes tópicos e abordagens, os artigos trazem contributos à temática geral do Encontro, que pode ser sintetizada na seguinte pergunta: Quais as formas de resistência das mulheres amazônicas às injustiças sociais e de que modo elas apontam alternativas societárias, ou inspiram políticas públicas e programas de qualidade de vida válidos para o conjunto das populações?

O **V Encontro Amazônico sobre Mulheres e Relações de Gêneros** contou com o apoio financeiro da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), do Governo do Estado, através da Chamada N° 001/2019 - Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação. A iniciativa da FAPESPA inseriu-se nos objetivos do Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica 2015-2019, do Estado do Pará.

Vale notar que um dos objetivos do referido Plano é a criação de ambientes de inovação no Pará. Estudos voltados à compreensão da situação social das mulheres nesta região, em sua diversidade, lançam luzes para que se alcance a superação de desigualdades e entraves ao acesso e à difusão de conhecimentos, tecnologias e inovações. E, nesse sentido, contribuem na criação de ambientes estimuladores da criatividade social. Sabe-se que em muitos meios socioculturais são mulheres que produzem e transmitem conhecimentos associados aos recursos da biodiversidade. Elas enfrentam barreiras não apenas socioeconômicas, como também socioculturais e políticas. Os estudos aqui apresentados trazem elementos que colaboram para o conhecimento desses potenciais.



Este número da Revista apresenta 28 artigos, agrupados em três eixos: 1) Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades; 2) Cidadania, Participação Política, Trabalho e Desenvolvimento; 3) Saúde, Violência e Resistências.

A primeira seção - **Identidade, Cultura, Comunicação, Arte e Sexualidades** - traz nove artigos. Abordam imagens e representações sobre relações de gênero, poder e sexualidades, sempre considerando o peso da cultura patriarcal. Em diferentes graus, focalizam a produção social da diferença, articulando as categorias de gênero, raça, classe e idade, marcadores sociais que configuram os sistemas de classificação social. Há, também, enfoques sobre lugares de mulheres nas artes, na comunicação e na literatura. Finalmente, abordam questões relativas aos corpos e às sexualidades.

A segunda seção - **Cidadania, Participação Política, Trabalho e Desenvolvimento** – também congrega nove artigos. Eles contribuem para o tema da diversidade como princípio básico da cidadania, contemplando o efetivo direito à diferença e a eliminação da discriminação e da violência. Há enfoques sobre participação feminina em movimentos sociais e na política formal. Por outro lado, há artigos que se voltam a especificidades do desenvolvimento na região amazônica, considerando a participação de mulheres no mercado de trabalho, os saberes tradicionais e as práticas produtivas em diferentes comunidades.

Finalmente, a terceira seção - **Saúde, Violência e Resistências** – traz dez artigos. São estudos que focalizam, em diferentes enfoques e tempos históricos, a interface entre essas três dimensões, discutindo como atingem as mulheres e afetam suas relações sociais e saúde. Políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos problemas de saúde e violência e formas de resistência são alvo de artigos que compõem a seção.

Boa leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2020.

**Maria Cristina Alves Maneschy**

*Doutora em Sociologia pela Universidade Toulouse-Le Mirail, na França.*

